**PROJETO “ESCOLA SEM PARTIDO”: A IDEOLOGIA CONSERVADORA IMBUÍDA NUMA PRETENSA NEUTRALIDADE DO PENSAMENTO**

**Francisco Alves da Costa Neto**

Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: [franciscoalves258@gmail.com](mailto:franciscoalves258@gmail.com)

**Raiany Priscila Paiva Medeiros Nonato**

Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ensino, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, *Campus* Pau dos Ferros

E-mail: raianypriscila18p@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho busca refletir acerca do Projeto “Escola Sem Partido” (EsP), bem como dos seus possíveis impactos na educação brasileira. Para tanto, partimos da realização de leituras bibliográficas, pesquisas em artigos digitais e da análise do Projeto de Lei nº 867/2014. Idealizado por pessoas que não possuem nenhuma formação na área educacional, o projeto visa combater uma suposta “doutrinação ideológica” que certos grupos acreditam estar presente nas escolas brasileiras. Na tentativa de refletir sobre a problemática aqui elencada, discutimos como o ideário conservador se apropria das Ciências Humanas, que em geral, apresentam em seu corpo estudos que privilegiam a pluralidade de ideias e as complexidades da sociedade, o que em muitas vezes se contrapõe a algumas ideologias conservadoras. A partir das tentativas de descaracterização de ideais inovadores, que buscam romper com novos paradigmas, tentamos ratificar como certos acontecimentos vêm demonstrando o avanço de ideologias conservadoras na educação brasileira. Apresentamos também como o projeto EsP traz implicações para a Geografia Escolar. Imbuída do discurso da “liberdade de consciência”, a EsP visa suprimir a liberdade pedagógica e aprisionar o sistema de ensino à metodologia das bases mais conservadoras e dos chamados “cidadãos de bem”, fazendo com que a sala de aula perca seu aspecto plural e dialético.

**Palavras-chave:** Escola sem partido. Ideário conservador. Ciências Humanas. Doutrinação ideológica. Ensino de Geografia.

**INTRODUÇÃO**

Diante do contexto que vem se contrapondo ao desenvolvimento da educação no país e principalmente pelo o avanço de ideais conservadores na sociedade nacional, construímos o presente artigo com objetivo de pensar um dos novos “modelos” de ensino que nos é apresentado, o projeto “Escola sem Partido” (EsP). Idealizado em 2004, pelo Advogado Miguel Nagib e levado a Câmara Municipal do Rio de Janeiro por Flávio Bolsonaro em 2014, o projeto tem por objetivo combater a doutrinação ideológica nas escolas, através de uma neutralidade do professor a respeito de aspectos políticos, valores morais e religiosos pré-concebidos pela família do aluno.

Em tese, a EsP suspostamente se pauta em itens presentes tanto na Constituição Federal, quanto na Convenção Americana de Direitos Humanos, a qual busca o respeito e a não imposição de nenhuma ideologia, seja ela política, religiosa ou moral. Porém, o projeto em si não cumpre esse papel, pois vai contra fundamentos estabelecidos na própria Constituição de 1988, ao passo que tenta impor certa neutralidade, que dissemina concepções e práticas preconceituosas, discriminatórias e excludentes. Contraria um debate que privilegia a pluralidade de ideias, a diversidade de povos e culturas existente no Brasil, um país que apresenta a diversidade em sua composição, devido a sua história de colonização.

A escola é por excelência um espaço de pluralidade de ideias, de debate, de livre expressão, assim como também é local de confrontos de ideias e conflitos, isso é necessário para que o indivíduo assimile e apreenda o conhecimento, através do diálogo. No entanto, percebemos uma contraposição a estas ideias no decorrer da proposta, pois o projeto estabelece o domínio da ideologia da famosa “Família Tradicional Brasileira”, que estruturalmente se utiliza de um discurso pseudo-cristão para pregar uma moralidade universal. Esta é uma das principais premissas apoiadoras do projeto, a qual entendemos como uma forma utilizada pelas bases conservadoras para tomarem os rumos da educação nacional. A EsP traz consigo outro agravante, o fato de minimizar os problemas educacionais à “doutrinação ideológica” em sala de aula.

Seguindo esta linha de raciocínio, para a construção desse trabalho nos aportamos em uma análise crítica-reflexiva em torno dos ideais conservadores disseminados no Projeto de Lei nº 867/2014, assim como também em leituras bibliográficas e pesquisas em artigos digitais.

O trabalho se apresenta organizado estruturalmente a partir de alguns apontamentos iniciais, seguido de uma abordagem sobre o ideário conservador que avança pelas Ciências Humanas, posteriormente apresenta o que está posto por trás da suposta “doutrinação ideológica”, depois as implicações deste ideário na Geografia Escolar e por fim, tece algumas considerações acerca das discussões aqui apresentadas.

**O IDEÁRIO CONSERVADOR X CIÊNCIAS HUMANAS**

Ao pensarmos o projeto EsP, devemos vislumbrá-lo sob uma ótica mais ampla e como parte de um projeto maior, que se baseia na “invasão” de um ideário conservador no âmbito das Ciências Humanas e da educação para a formação cidadã.

Diante da inserção de diferentes temáticas antes consideradas como tabus, ou até mesmo como desnecessárias na escola básica, a exemplo dos temas transversais constituídos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que permite o debate de questões relacionadas à Ética (respeito mútuo, diálogo, justiça social), Orientação Sexual (sexualidade, relações de gênero, prevenções das doenças sexualmente transmissíveis), Meio Ambiente (natureza, sociedade e meio ambiente, conservação ambiental), Saúde (vida coletiva, cuidado com a saúde e prevenção), Pluralidade Cultural (pluralidade de ideais, costumes, crenças) e Trabalho e Consumo (consumismo, direitos humanos, cidadania) os conservadores começaram a se sentir incomodados.

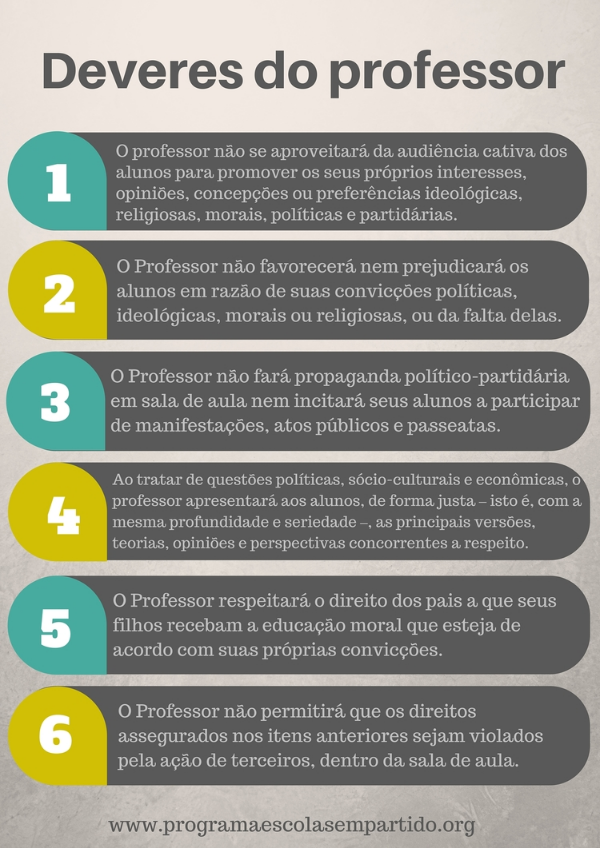
Diante do momento atual em que vivemos, onde as ideologias conservadoras tendem a desprestigiar os estudos que abarcam vertentes inovadoras, baseados em recente abertura que se pôs ao debate e à pluralidade de ideias, tentativas de descaracterização do período ditatorial, propostas de “cura gay”, tentativas de impedimento do debate de gênero nas escolas e ataque constante a movimentos artísticos diversos, servem para mostrar que as ideologias conservadoras vêm ganhando um amplo espaço de propagação.

Mais de fato, o que seria o conservadorismo? Segundo Pavani (2009) o conservador é aquele que imbui em seu pensamento ideologias de certo modo, avessas às mudanças na estrutura social existente, já que o mesmo entende que se tem uma forma de harmonia nas construções que foram realizadas com o alicerce do tempo, sendo impossível e desarmonizador para sociedade mudanças estruturais abrutas, tais como foram propostas pelos Franceses em 1793 e pelos Bolcheviques em 1917, no Brasil, o conservadorismo atua sobre a luz do patriarcado e da heteronormatividade.

De maneira geral, todo o debate que questione um pensamento que seja subversor a outro pré-existente será considerado pelo conservador como algo impróprio à sociedade. Nessa perspectiva, percebemos constantes ataques de grupos às Ciências Humanas, que ao serem contrariados, tentam transformar os conhecimentos produzidos e debatidos à duras penas, em estudos baseados em “achismos” buscando desmerecê-los sobre a égide da convicção.

A EsP denota essa materialização do pensamento conservador sobre a educação, na qual objetiva um combate à ideais que o movimento considera como doutrinador da consciência do aluno. Para alcançar tais objetivos, o projeto prevê a divulgação de 6 (seis) deveres do professor (Figura 01) em sala de aula e a construção de uma comunicação com a secretaria municipal de educação para denunciar o professor que praticar “doutrinação” com os seus alunos, fazendo com que os professores sejam acuados em salas de aula.

**Figura 01:** Cartaz dos Deveres do Professor



**Fonte:** [www.programaescolasempartido.org](http://www.programaescolasempartido.org)

Em síntese, essa lista de deveres tem por consequência a censura da liberdade pedagógica do professor, tentando fazer com que ele deixe de lado o trabalho sobre uma vertente mais crítica (algo comum às Ciências Humanas), e se limite a repassar informações conteudistas que não gerem o debate e nem inquietação aos alunos. A respeito de tais preposições, Apple (2002) coloca que se tem seguido nos últimos anos ataques constante a uma ideologia mais igualitária na educação, na tentativa de “endireitar” o ensino, na medida em que:

A ameaça aos ideais da igualdade, que esses ataques representam, habitualmente não se efectua de um modo explícito, uma vez que, frequentemente, surge dissimulada num discurso de melhoria da competitividade, de aumento de postos de trabalho, de melhoria de "standards" e da melhoria da qualidade do sistema educativo, que é colocado perante uma crise total (APPLE, 2002, p. 56).

Devemos entender que, essa censura proposta pelo movimento da EsP vai para além de um entrave em debates sobre diversidade, e tem por consequência maior um projeto que visa transformar a escola em um ambiente de exclusivamente de formação técnica e profissional, tirando dela o caráter de formação cidadã, que deveria ser algo inerente a tal instituição social, sendo obrigação de garantia por meio dos papeis sociais que são frutos dela.

Dentre os debates que mais sofrem com o avanço dos ideários conservadores nas Ciências Humanas, se encontra o debate de gênero, no qual se é possível constatar uma tentativa de tornar esse estudo como algo doutrinário, como nos coloca Miguel *apud* Amorim e Salej (2016, p. 37) ao nos dizer que ideologia de gênero é um:

Termo que foi cunhado pelos setores conservadores da Igreja Católica, mas adotado também por denominações protestantes, e colocada em curso em vários países do mundo, entre eles o Brasil, como forma de organizar a oposição aos avanços [...] na direção de maior igualdade entre os sexos e maior respeito a gays e lésbicas.

Percebemos que ao se colocar a alcunha de ideologia no debate de gênero, se tem a noção de que as discussões de gêneros são algo doutrinário, e que fomentam grupos conservadores a barrar essas discussões, que afetam diretamente disciplinas escolares das mais diversas, entre elas a própria Geografia. Não podemos permitir, portanto, que discursos como esse se propaguem e ajudem a difundir conceitos errôneos sobre determinadas temáticas, devemos intervir nesse avanço conservador, propondo um debate crítico pautado principalmente nos estudos desenvolvidos dentro das Ciências Humanas.

**O QUE HÁ POR TRÁS DO COMBATE À “DOUTRINAÇÃO IDEOLÓGICA”?**

O projeto Escola sem Partido (EsP) tramita nas mais variadas instâncias, na esfera Municipal, Estadual e Federal, através de projetos de lei que culminam em um mesmo ponto, o combate ao que se chamam de “doutrinação ideológica” nas salas de aulas. No entanto, ao analisarmos os projetos de lei notamos um viés que tende à construção de uma ideologia dominante e conservadora na escola, que para sua efetivação se utiliza de ameaça e psicologia do medo.

Imbuída do discurso da “liberdade de consciência”, a EsP visa suprimir a liberdade pedagógica e aprisionar o sistema a metodologia das bases mais conservadoras e dos chamados “cidadãos de bem”. O próprio termo liberdade é repetido inúmeras vezes nos projetos de lei, mas se apresenta de maneira ambígua, como podemos ver no Art. 6º do PL nº 867/2014, proposto pelo vereador Carlos Bolsonaro à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, que diz que as secretarias de educação poderão

[...] promover a realização de cursos de ética do magistério para professores da rede pública de ensino, a fim de informar e conscientizar o educador sobre os limites éticos e jurídicos da atividade docente, especialmente no que se refere ao abuso da liberdade de ensinar em prejuízo da liberdade de consciência do educando e do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções (Projeto de Lei nº 867/2014).

Percebemos aí um ataque à atividade docente, ao se falar de tal “abuso da liberdade de ensinar”, visto que seria o professor refém de um modelo moral dos pais e alunos, sendo impedido de levar conteúdos que fossem contra o que estes considerassem corretos. Encontramos na página do movimento EsP inúmeras críticas aos professores, como podemos visualizar no comentário a seguir:

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo (Comentário retirado do site http://www.escolasempartido.org/, 2017).

Dessa forma, tenta-se colocar a liberdade do que aprende suprimindo a liberdade do que ensina, gerando um modelo contraditório de ensino que não permitirá o aluno conhecer realidades e opiniões diversas da que ele tem em casa, o condicionando a um aprisionamento moral.

Vale ressaltar que o termo “liberdade de consciência" já foi utilizado em outras vezes na história da educação brasileira, como nas décadas de 1930 e 1950, movido por setores da Igreja Católica, que assim como no projeto atual, defendia valores morais dos padrões de família. Do mesmo modo a ideia de “Doutrinação Ideológica” esteve presente em outros momentos, como nas mobilizações das “Marchas da família com Deus pela liberdade”, que tomaram conta do país durante a década de 1960 e pressionavam os valores morais, religiosos e sexuais dentro das escolas.

Hoje, o projeto EsP representa esse retrocesso de pelo menos 50 anos no tocante aos debates da educação brasileira, isso poderá acarretar inclusive empecilhos para lecionar conteúdos basilares pra formação do estudante, como podemos ver no Art. 2º do PL nº 867/2014, onde “é vedada a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula, bem como a veiculação, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam estar em conflito com as convicções morais dos estudantes ou de seus pais.” O mesmo posicionamento pode ser percebido no Art. 4º do mesmo PL:

Os conteúdos morais dos programas das disciplinas obrigatórias deverão ser reduzidos ao mínimo indispensável para que a escola possa cumprir sua função essencial de transmitir conhecimento aos estudantes ((Projeto de Lei nº 867/2014).

Através destes artigos, podemos perceber a redução de alguns conteúdos e discussões das disciplinas presentes no currículo escolar, mediante ao desmonte das Ciências Humanas como Geografia, História, Filosofia e Sociologia, que comumente são associados ao viés da “doutrinação ideológica” por tratarem de temas complexos, muitas vezes carregados de um viés político.

Outra prerrogativa presente na lei é a da facilidade de doutrinação que as crianças possuem, através do exercício do professor e da escolha do livro didático. Tal prerrogativa vem a considerar a criança como um ser vazio e sem conhecimentos prévios já estabelecidos, debate esse que já foi superado através dos educadores nacionais e internacionais, mas o projeto de lei busca um retrocesso ao por no Art. 3º do PL nº 867/2014 que diz que o professor:

[...] não abusará da inexperiência, da falta de conhecimento ou da imaturidade dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente político-partidária, nem adotará livros didáticos que tenham esse objetivo ((Projeto de Lei nº 867/2014).

Dentro desse artigo percebemos duas premissas e uma tentativa de desmonte na educação. Em primeiro lugar, vemos que a tentativa de se barrar a ideia do aluno como ser autodidata e colaborador do próprio conhecimento, visa de maneira prática favorecê-los como massa de manobra de uma única ideologia, tirando o papel da escola como colaboradora do processo de ensino-aprendizagem.

No que tange aos livros didáticos os entusiastas os veem como mecanismo doutrinador dos professores “de esquerda”, usando como argumento prova atividades e textos descontextualizados do corpo geral do livro, alguns deles até reprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), reconhecido mundialmente como uma importante política pública da educação, justamente por valorizar a pluralidade de ensino e aprendizagem nas escolas brasileiras, levando em consideração também a diversidade cultural e ideológica existente.

O questionamento ao PNLD se torna infundado, pois, o próprio programa abomina qualquer livro que imponha uma ideologia religiosa e política como única, sendo esse, por exemplo, um dos parâmetros para a escolha dos livros didáticos de História, fazendo com que as críticas colocadas ao PNLD não visem à pluralidade de ideias, mas sim uma unidade ideológica nos materiais que chegam às escolas, o que é preocupante, já que para muitas realidades o livro didático é o único material disponível aos alunos.

Em contrapartida a este projeto de lei, é importante salutar que a escola não pode reproduzir uma única ideologia, pois os próprios sujeitos que compõem o sistema de ensino são diversos e vêm de diferentes contextos sociais e realidades. E é óbvio que se fazem assim devido a diferentes aspectos desde classe social, gênero, idade, crenças, costumes e valores.

A EsP vai totalmente contra o novo perfil do educador, que de acordo com Gadotti (2001, p. 30), se dá “através de uma sólida formação política e social”. Desse modo, se vivemos em uma sociedade onde acontecem intensas transformações, onde as contradições estão sempre presentes, é impossível que não haja diálogos e discussões e que os conflitos sejam negados.

**ESCOLA SEM PARTIDO: UMA TENTATIVA DE CALAR A VOZ DA GEOGRAFIA**

A Geografia enquanto disciplina que tem o espaço como seu objeto de estudo, e busca compreender as relações que neste nele se estabelecem, é um importante instrumento para entendimento da dinamicidade e da complexidade do mundo em que se vive. Antunes (2010, p. 37) destaca a importância de se ensinar Geografia:

Ensina-se Geografa para que os alunos possam construir e desenvolver uma compreensão do espaço e do tempo, fazer uma leitura coerente do mundo e dos intercâmbios que o sustentam, apropriando-se de conhecimentos específicos e usando-os como verdadeira ferramenta para seu crescimento social e para suas relações com os outros.

O projeto EsP nos inquieta bastante quando o refletimos à luz da Geografia, pelo fato desta disciplina buscar compreender as constantes transformações que ocorrem no mundo, sob diferentes óticas, sem necessariamente apresentar uma verdade absoluta; além de buscar compreender as contradições presentes no território, estas que o tornam conflituoso e desarmônico. O que vai contra os ideais da EsP, defendida por um grupo que partilha das mesmas ideias e possuem uma única interpretação sobre os fatos: àquela que esteja em nome da moral e dos bons costumes.

É complicado pensar em uma escola que não discuta religião, política, História, Geografia, desigualdade, racismo, preconceito, machismo, homofobia, dentre tantos outros temas que envolvem a sociedade contemporânea, estes que inclusive, estão abertos para serem discutidos a partir do ensino de Geografia, sob a perspectiva do território e da cidadania, por exemplo. O que podemos perceber a partir da afirmação de Thiesen (2011, p. 93-94):

De fato, não são poucos os desafios da Geografia e de seu ensino para fazer frente às pressões de um modelo socioeconômico que tendenciosamente massifica, homogeneíza, lineariza, hierarquiza, monopoliza, tecnifica, prescreve, objetiva, instrumentaliza, coisifica. Embora se saiba que a Geografia, isoladamente, não tenha força suficiente para operar mudanças mais conjunturais, acredita­se no seu potencial educativo e formador, sobretudo quando ela, nos seus processos de ensino e pesquisa, articula­se com outras áreas de conhecimento também comprometidas com a cidadania e com a emancipação humana.

A Geografia Escolar busca refletir sobre um mundo que tem buscado cada vez mais homogeneizar as relações e os espaços, objetiva formar sujeitos que compreendam a realidade onde estão inseridos e sejam capazes de tomar posicionamentos sobre os problemas que o mundo enfrenta. E como fazer isso, se não se pode abordar diferentes possibilidades e formas de interpretação sobre os acontecimentos? Como emancipar sujeitos que não podem ser questionados?

Como trabalhar a globalização em sala de aula, apenas descrevendo tal processo, resumindo-a a discussão simplória de que a globalização integra o globo? Esta que ao mesmo tempo em que encurta distâncias, proporciona integração econômica, social, cultural e política no mundo, ocasiona uma série de fatores que tendem a excluir àqueles que por não disporem do acesso e ferramentas suficientes para estarem incluídos num mundo globalizado, tendem a ficar à margem da sociedade.

A globalização é um fenômeno que não chega a todos os lugares, podemos comprovar isso a exemplo da tecnologia (telecomunicações e transportes) que é seletiva e desigual, fato comprovado, pois nem todos têm acesso de maneira geral. Além disso, a fome, o desemprego, ausência de saúde e educação, diminuição de água potável, pobreza, falta de acesso a terra e a moradia, dentre outras coisas. Se vivêssemos em um mundo totalmente integrado e globalizado, esses aspectos não deveriam estar presentes.

Percebemos então, que em contrapartida à suposta integração, a globalização cria mais desigualdade, gera desempregos, já que necessita de mão-de-obra qualificada e nem todos os países do globo dispõem de educação para toda população, por isso grande parte não consegue se qualificar. Enfim, são diferentes aspectos gerados por um único processo e que, precisam der discutidos e conhecidos. Todavia, ao apresentá-los o professor pode ser acusado de ser um doutrinador ideológico.

Como tratar sobre população, sem destacar novos aspectos da população mundial e suas transformações? Estas que vem acompanhando os acontecimentos históricos, econômicos, sociais e demográficos, ao longo do tempo. É preciso considerar a diversidade presente no mundo, diversidade social, étnica, cultural, religiosa. É preciso compreender a família e seus novos padrões de organização, composição familiar, os novos padrões de relacionamento entre os membros da família, o papel da mulher no espaço doméstico e no mundo do trabalho. Enfim, é preciso discutir tolerância e respeito no ambiente escolar. Faz parte do dever da escola fazer com que os sujeitos entendam que o espaço em constante movimento, produz inúmeras transformações na estrutura social.

A neutralidade do professor é uma imposição feita pelos idealizadores da EsP, no entanto, é preciso considerar as diferentes interpretações sobre um mesmo acontecimento, principalmente pelo fato do aluno ter acesso a informação de uma maneira cada vez mais rápida, e consequentemente, ele também constrói diversas intepretações. Todavia, a EsP quer impor ao professor uma neutralidade, que o força a abordar apenas aquilo que é consentido pela ideologia dominante.

Os alunos não são seres vazios à espera para serem preenchidos, pois estes são capazes de pensar por si mesmo, observar àquilo que acontece ao seu redor e tomar posicionamentos a respeito.

A EsP torna a escola um ambiente de perseguição, onde o professor perde totalmente sua autoridade e liberdade de ensinar. Tendo que seguir os interesses de uma ideologia dominante, que está contra sujeitos que questionam e reflitam sobre a verdade que lhes é apresentada. Os conservadores são contra aquilo que se apresenta como o novo e rompe com os velhos padrões.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Projeto Escola Sem Partido é mais um resultado que comprova o avanço da ideologia conservadora no Brasil. O conservadorismo tem representado o caminho para a sustentação/manutenção da classe política dominante do país. Percebemos na composição do projeto e no próprio site grupos conservadores, como o Movimento Brasil Livre (MBL), políticos de direita e bancada evangélica, assim como pais e alunos que concordam que existe uma doutrinação ideológica nas escolas. A pretensa neutralidade imposta neste projeto demonstra a tentativa de naturalizar as desigualdades sociais e os conflitos sociais existentes na sociedade contemporânea.

Diante de tudo que nos foi apresentado e analisando o contexto político que nos encontramos, poderemos entender que o lecionar nunca esteve tão ameaçado como agora, através de um discurso que legitima toda e qualquer ação que possa reprimir o professor em sala de aula, tanto por ameaças como por deméritos da construção do conhecimento que ele propicia. Ensinar nunca foi tão necessário para a nossa (r)existência como é hoje.

**REFERÊNCIAS**

ANTUNES, Celso. Por que ensinar e aprender Geografia? In: Geografia e Didática. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2010. p. 36-48.

AMORIM, Marina Alves; SALEJ, Ana Paula. O conservadorismo saiu do armário!: A luta contra a ideologia de gênero do movimento Escola sem Partido. **Revista Ártemis**, On-line, v. 1, n. 1, p.32-42, jun. 2016. Semestral.

APPLE, Michael W.. "Endireitar" a Educação: as escolas e a nova aliança conservadora. **Currículo Sem Fronteiras**, On-line, v. 2, n. 1, p.55-78, Não é um mês valido! 2002. Semestral. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: 09 nov. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: Setembro de 2017.

BOLSONARO, Carlos. **PROJETO DE LEI Nº 867/2014**. 2014. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/b63581b044c6fb760325775900523a41/5573ae961660b4cd83257ceb006bc7d4?OpenDocument>. Acesso em: 03 fev. 2017.

GADOTTI, Moacir. A postura do educador numa sociedade em conflito. In: GADOTTI, Moacir; **Educação e poder**: Introdução à pedagogia do conflito. 10. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 25-33.

**Escola sem partido Já**. 2016. Disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: 03 fev. 2017.

PAVANI, Roney Marcos. A redefinição e classificação do conservadorismo nos Estudos Modernos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRÁFIA, 3., 2009, Ouro Preto. **Anais**... . Ouro Preto: Edufop, 2009. v. 1, p. 1 - 11.

THIESEN, Juares da Silva. Geografia escolar: dos conceitos essenciais às formas de abordagem no ensino. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria (Rio Grande do Sul) v. 15, n.1, p. 85-95, jan./abr., 2011. Acesso em Novembro de 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/download/7379/4418>.